



PROVA BRASIL E SAESP: ANÁLISE DAS QUESTÕES APLICADAS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROVA BRASIL AND SAESP: ANALYSIS OF QUESTIONS APPLIED TO ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS

MÔNICA PICCIONE GOMES RIOS¹

PUC-Campinas (monica.rios@puc-campinas.edu.br)

RENATA SUZIGAN DAINESE²

PUC-Campinas (rsdainease@hotmail.com)

SAMARA DOMEN GÓES³

PUC-Campinas (dgsamara@gmail.com)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as questões da Prova Brasil e do Saesp aplicadas no ensino fundamental. Em uma abordagem qualitativa, realizou-se análise documental das questões da Prova Brasil e do Saesp e pesquisa nos documentos legais disponíveis no site do Ministério de Educação (MEC) e no site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). Também foram analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Constatou-se que as questões das provas de ambas as avaliações em larga escala desconsideram as peculiaridades locais seja em nível nacional seja em nível estadual e, conseqüentemente, a diversidade presente nas unidades escolares, no Brasil e no Estado de São Paulo, respectivamente, o que implica a necessidade de se repensar a proposta das questões presentes nos instrumentos das respectivas avaliações.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Avaliação • Prova Brasil • Saesp • Qualidade do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This research aimed to analyze Prova Brasil and Saesp's questions applied to elementary school students. In a qualitative approach, a documentary analysis of Prova Brasil and Saesp's questions was carried out as well as of the legal documents available on the Ministry of Education's website (MEC) and on the State of São Paulo Secretariat of Education (SEE/SP). The National Curricular Parameters

- 1 Docente da graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista Pibic/Cnpq de Iniciação Científica.
- 3 Graduanda do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista Fapic/Reitora de Iniciação Científica.



(PCN) were also analyzed to the purpose of this study. It was found that the questions in both large-scale evaluations disregard local peculiarities on national and state levels, therefore, each school unit's diversity in Brazil and in the State of São Paulo respectively. That implies the need of rethinking the proposed questions featured in the current systems of both evaluations.

Key words: Public Assessment Policies • Prova Brasil • Saresp • Quality of Primary Education.

INTRODUÇÃO

As atuais políticas públicas de avaliação da educação básica, no novo milênio, têm se centrado no rendimento escolar dos alunos e o desempenho dos estudantes nas provas tem servido para constituir indicador de qualidade, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em nível nacional e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), em nível estadual.

O Ideb foi criado, em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como medida associada à elevação dos níveis de qualidade da educação brasileira. Para se realizar o cálculo do Ideb são consideradas as notas de desempenho dos alunos na Prova Brasil nas questões de língua portuguesa e matemática, juntamente com as taxas de aprovação e a frequência escolar.

A Prova Brasil foi implementada em 2005 com o intuito de avaliar os alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental das escolas públicas com pelo menos trinta alunos matriculados em cada ano. Em 2007 também passaram a realizar a avaliação os alunos do 5º ano das escolas públicas rurais com ao menos vinte alunos matriculados, sendo os alunos dos anos finais do ensino fundamental (9º ano) incluídos no referido sistema de avaliação apenas em 2009.

A criação da Prova Brasil, em 2005, é resultado de um desdobramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em Avaliação Nacional da Educação Básica

(Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Tais avaliações objetivam verificar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Em 2013, é instituída a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que passa a integrar o Saeb.

No Estado de São Paulo há o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp). O Idesp considera o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), sendo composto pela nota dos estudantes nas provas de português e matemática, juntamente com o fluxo escolar, ou seja, são consideradas também as variáveis frequência e taxas de aprovação.

O Saresp foi implantado por meio da Resolução nº 27 de 29 de março de 1996 da Secretaria de Estado da Educação São Paulo (SEE). A partir do ano de 2007, o Saresp sofreu significativas alterações no âmbito técnico-estrutural, configurando-se propriamente como um sistema de avaliação em larga escala, ano em que se deu a criação do Idesp que visa estabelecer um diagnóstico dos resultados alcançados pelas escolas da rede, bem como monitorar o alcance das metas de desempenho estabelecidas para cada escola.

Levando-se em conta que a Prova Brasil e o Saresp integram o Ideb e o Idesp, e que tais índices têm constituído indicadores de qualidade do ensino fundamental e da educação básica, emergiu a curiosidade



epistemológica em analisar as questões da Prova Brasil e do Saresp aplicadas no ensino fundamental, inicialmente considerando-se as edições de 2007, 2009, 2011 e 2013, a fim de verificar em que medida as provas de língua portuguesa e matemática, em nível nacional e estadual, avaliam a diversidade presente nas unidades escolares. A pretensa escolha das referidas edições deu-se em função da Prova Brasil ser aplicada de dois em dois anos, ainda que o Saresp seja aplicado anualmente. No entanto, em função da disponibilidade das provas para consulta pública, no caso da análise dos instrumentos de avaliação que compõem a Prova Brasil, foram utilizados exemplos de questões presentes no banco de dados no site do Inep, uma vez que a prova que é aplicada aos alunos não é disponibilizada para consultas. Em relação ao Saresp, foram consideradas as edições de 2007 e 2008 aplicadas na antiga 2ª série⁴ do ensino fundamental, conforme disponibilidade das provas no site da SEE/SP.

O desenvolvimento desse estudo deu-se com a predominância da abordagem qualitativa que incluiu os dados quantificáveis, posto que os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. A opção pela pesquisa qualitativa deve-se ao fato de favorecer a compreensão particular daquilo que se estuda, buscando o significado das ações, das situações, das representações dos indivíduos, enfim daquilo que pode ser manifestado. Para Chizzotti (2006, p. 53), “os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais, declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social”.

Ao longo do estudo prosseguiu-se com

pesquisa nos documentos legais disponíveis no site do Ministério de Educação (MEC), a respeito da Prova Brasil e do Ideb, e nos documentos legais disponíveis no site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a respeito do Saresp e do Idesp. Ao que se refere à Prova Brasil realizou-se, também, a pesquisa documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, no que diz respeito às habilidades e competências a serem desenvolvidas nos alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental nas disciplinas de português e matemática. Ao que concerne ao Saresp, realizou-se pesquisa documental também nas Orientações Didáticas Fundamentais Sobre as Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa de 2013 e nas Orientações Curriculares do Estado de São Paulo Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Matemática de 2014.

Para a produção de material empírico optou-se pela análise das questões da Prova Brasil e do Saresp, em face do objetivo enunciado. Em relação à Prova Brasil, a análise das questões considerou a adequação à faixa etária dos alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e a diversidade cultural, tomando como base os PCN. Em relação ao Saresp, foi realizada a análise das provas aplicadas na 2ª série do ensino fundamental, em decorrência da disponibilidade dos modelos de provas no site da SEE/SP, uma vez que a partir de 2009 eles não são mais acessíveis. A análise das questões considerou então a adequação à referida faixa etária e a diversidade cultural, tomando como base os PCN e as Orientações Didáticas Fundamentais Sobre as Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa e as Orientações Curriculares do Estado de São Paulo Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Matemática.

O processo de análise das questões considerou a especificidade da amostra de provas



selecionadas referentes à Prova Brasil e ao Saresp, respectivamente, conforme aqui citado. A análise deu-se com base nos autores referendados neste estudo.

O CONTEXTO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL E SARESP

Na década de 1970, a tese neoliberal que se opunha à intervenção do Estado na economia ganhou força e se disseminou em diversos países ocidentais. Essas ideias, conforme Sousa (2003), conquistaram espaço nas políticas educacionais brasileiras, as quais propunham novas formas de organização e de oferta de serviços.

Houve, a partir de então, uma redefinição do papel do Estado no que tange às políticas em educação. Ao atuar como regulador das transformações no país, também passou a transferir aos estados e municípios a responsabilidade pela implementação de políticas e pelos resultados de tais transformações. Alguns instrumentos contribuíram nesse processo, sendo que, segundo Sousa (2003, p.175), “a avaliação, em nosso entender, é a que tem tido maior potencial para concretizar a transformação do papel do Estado na gestão da educação pública, o qual tem assumido como funções prioritárias a de legislar e avaliar”.

Entretanto, segundo a mesma autora, parece ser papel do Estado, ao invés de orientar políticas públicas educacionais, “difundir nos sistemas escolares uma dada concepção de avaliação, que tem como finalidade a instalação de mecanismos que estimulem a competição entre as escolas, responsabilizando-as, em última instância, pelo sucesso ou fracasso escolar”(ibid., p.180).

O Estado, nesse contexto, de acordo com Afonso (2001, p. 26), passa a ser

reconhecido como Estado-avaliador, sendo que essa nova postura acirra a competitividade entre os sistemas educacionais, sobretudo perante “as pressões exercidas sobre as escolas [...] através da avaliação externa”, a qual se inclina a “sobrevalorizar indicadores e resultados acadêmicos quantificáveis e mensuráveis sem levar em consideração as especificidades dos contextos e dos processos educativos”. Consoante, Dias Sobrinho (2000, p. 59) sinaliza que:

O cenário de complexificação e ampliação das demandas populares por educação e outros direitos sociais, agravado pelas sérias restrições econômicas, justifica bem o surgimento do “Estado Avaliador”. (...) Sua presença se fortalece à medida que as reivindicações dos setores sociais se tornam mais agudas e se agravam as crises econômicas. Isso produz a necessidade de um rigoroso acompanhamento das políticas oficiais, de controle dos gastos e medida de eficiência das instituições públicas ou de todas as beneficiárias dos recursos estatais.

As avaliações em larga escala ajudaram no processo de redefinição do papel do Estado, especialmente após o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007 (NARDI, SCHENEIDER E DURLI, 2009). Tais avaliações configuram, segundo os mesmos autores, um modelo *de accountability*, ou seja, de prestação de contas e responsabilização das escolas e professores pelo desempenho dos alunos. Possuem, portanto, um caráter regulatório e excludente, contrários aos princípios democráticos de ensino, a exemplo da Prova Brasil.

O formato conhecido e utilizado até a aplicação do Saresp em 2015 teve início na prova aplicada em 2008, de acordo com Calderón e Oliveira Junior (2012), momento no qual o Saresp se alinhou ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Dessa forma, “o Saresp começou a passar por



importantes mudanças teóricas e metodológicas, com o objetivo de acomodar-se tecnicamente às características de um sistema de avaliação em larga escala". Além dessa mudança, houve também a adoção dos "padrões do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o que possibilitou a comparação do sistema de São Paulo com outros países" (URBANIN, 2008 *apud* CALDERÓN e OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p.9). Assim, foi nesse ano também que a avaliação da educação paulista adotou a Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Schneider e Nardi (2013, p.23) afirmam que:

As avaliações padronizadas são utilizadas como único fator tanto para a tomada de decisões como para a responsabilização, sem que sejam consideradas as demais variáveis que intervêm na conquista da tão desejada qualidade, tal qual condições intra e extraescolares.

Consoantes, Dourado e Oliveira (2009) ressaltam a necessidade de considerar os fatores que afetam os processos de ensino e aprendizagem. A respeito dos fatores extraescolares, os autores citam o espaço social e as obrigações do Estado, e com relação aos intraescolares apontam as condições adequadas de oferta do ensino; a gestão e organização do trabalho escolar; a formação, profissionalização e ação pedagógica; e o acesso, a permanência e o desempenho escolar.

ANÁLISE DAS QUESTÕES DA PROVA BRASIL

A prova possui questões de língua portuguesa e matemática, em que são avaliadas as habilidades de leitura e resolução de problemas, sendo que, de acordo com Colombo (2015, p.67), ela "é elaborada a partir de matrizes de referência, as quais descrevem

as habilidades a serem avaliadas, bem como o conteúdo a ser avaliado em cada uma das disciplinas e anos", em consonância aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997.

A Prova Brasil contém questões de múltipla escolha, divididas em quatro blocos, sendo dois voltados para as questões de português e dois para as de matemática. O tempo disponibilizado aos alunos para a realização da prova é de duas horas e trinta minutos.

Foram encontrados, no site consultado, dezesseis exemplos de questões de língua portuguesa e vinte e oito de matemática para o 5º ano; vinte e uma questões de língua portuguesa e trinta e seis de matemática para o 9º ano. Foi selecionada uma amostra de 20 questões para a análise, sendo cinco de cada disciplina para cada ano.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) afirmam que, ao longo do ensino fundamental, é responsabilidade da escola garantir que os alunos aprendam a interpretar e produzir diferentes tipos de textos e dominar a língua, habilidades indissociáveis e necessárias para sua inserção social e cidadã.

5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destaca-se que os alunos devem ter concluído o processo de alfabetização quando chegam ao 5º ano do ensino fundamental. O processo de alfabetização, segundo Ferreira (2001, p.69), passa por "um ano de passos ordenados antes que a criança compreenda a natureza do nosso sistema alfabético de escrita". Esse processo, de acordo com a autora, começa antes da escolarização, sendo, em contrapartida, importante pontuar que "existem conhecimentos específicos sobre a linguagem escrita que somente podem ser adquiridos através de outros informantes"



(FERREIRO, 2001, p.56). Dessa forma, a escola, os professores e todo o sistema de ensino representam figuras importantes e responsáveis por garantir essa aprendizagem aos alunos.

Do ponto de vista dos períodos de desenvolvimento pelo qual as crianças passam, Flavell (1992), baseado em seus estudos sobre as teorias de Piaget, explica que existem três principais períodos, que se subdividem em estágios (subdivisões dos períodos) e estes, em subperíodos (subdivisões dos estágios).

As crianças cursando o 5º ano do ensino fundamental, com aproximadamente dez anos de idade, encontram-se, segundo interpretação de Flavell (1992, p.86), no “período de preparação e organização das operações concretas”, mais especificamente no subperíodo nomeado de “operações concretas”, o qual se estende dos sete aos onze anos de idade. Nesse período, a característica mais relevante adquirida é que,

A criança mais velha parece ter sob seu controle um sistema cognitivo coerente e integrado, com o qual organiza e manipula o mundo que a cerca. Muito mais do que a criança mais jovem, ela dá a impressão clara de possuir uma base cognitiva sólida, algo flexível e plástico, além de consistente e duradouro, com o qual pode estruturar o presente em termos do passado sem distorções e deslocamentos indevidos, ou seja, sem a tendência constante de cair na perplexidade e na contradição que caracterizam o pré-escolar. (FLAVELL, 1992, p. 168).

Na análise das questões utilizadas para avaliar os alunos do 5º ano do ensino fundamental na Prova Brasil, com base nos apontamentos que tratam do desenvolvimento infantil, considerou-se o nível em que, subsequentemente, os alunos se encontram em relação à alfabetização e as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) de

cada uma das disciplinas.

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA⁵

Considerando as questões disponibilizadas pelo Inep e a amostra selecionada para a análise do instrumento de avaliação em questão, foi possível constatar que são utilizados diferentes tipos de gênero de textos, os quais retratam a extensa função social da língua escrita, de acordo com as orientações descritas nos PCN (1997) para essa etapa da escolarização da criança.

Foram encontradas questões de interpretação de texto, elaboradas a partir de bula de remédio, história em quadrinhos, conto, poema e texto bibliográfico, garantindo dessa forma tratar das diversas formas de uso social da língua escrita.

Tendo em vista que os alunos do 5º ano têm aproximadamente dez anos de idade, os textos são coerentes, coesos e adequados para a faixa etária à qual estão direcionados, atendendo aos diferentes objetivos a que se propõem, como informar e divertir.

Entretanto, deve-se pensar que, dada a extensão do território nacional e sua diversidade, alguns alunos podem não ter condições de responder determinadas questões, a exemplo de uma questão em que é pedido aos alunos que interpretem informações presentes em uma bula de remédio. Possivelmente, poderão responder a essa pergunta somente crianças que já conhecem e aprenderam sobre como interpretar as informações que um texto desse gênero possui.

A esse respeito, baseada nos estudos de Vygotsky, Mello (2004, p.137) explica que o indivíduo “sem as habilidades dadas biologicamente, precisa aprendê-las e as aprende



sempre com a geração com que convive e no mundo em que vive". É, portanto, a partir das interações e intervenções intencionais e planejadas do professor ou adulto que acompanham a criança que ela terá condições de aprender. Se essas oportunidades não lhe forem garantidas pela escola, existe a possibilidade de essa aprendizagem não ocorrer no momento apropriado.

QUESTÕES DE MATEMÁTICA⁶

Os exemplos de questões de matemática aplicadas na avaliação aos alunos do 5º ano que foram disponibilizadas pelo site do Inep são adequadas e coerentes com o que os PCN preveem para essa etapa da escolarização. A respeito do ensino de matemática, o referido documento indica ser "um componente importante para a construção da cidadania" e ainda que "precisa estar ao alcance de todos e a democratização do seu ensino deve ser meta prioritária do trabalho docente" (BRASIL, 1997, p.19).

As questões analisadas demonstraram que, assumindo que os conteúdos de matemática do primeiro ciclo do ensino fundamental tenham sido trabalhados de acordo com as orientações dos PCN, são adequadas e contemplam habilidades que os alunos precisam dominar.

Alguns exemplos são questões que propõem exercícios que envolvem operações fundamentais, procedimentos de cálculo, reflexão sobre grandezas numéricas e uso de tabelas e gráficos.

Destaca-se, ao longo da análise, uma questão que compreende frações, na qual os alunos deveriam identificar a parte de um bolo que havia sido consumida. Considera-se que uma ilustração poderia auxiliar a realização do cálculo, uma vez que, embora a criança já consiga tecer abstrações, a

possibilidade de visualizar a conta de forma ilustrativa poderia contribuir para a resolução do problema.

9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Quando chegam nesse período da vida escolar, os alunos possuem aproximadamente quatorze anos de idade e se encontram, como exposto por Flavell (1992, p. 86), no "período das operações formais (11 a 15 anos)", sendo apontada como principal característica desse período o fato de que:

O adolescente é capaz de lidar eficientemente não só com a realidade que o cerca (como faz a criança, no subperíodo precedente), mas também com um mundo de pura possibilidade, o mundo das afirmações abstratas e proposicionais, o mundo do 'como se'. Este tipo de cognição, [...] caracteriza o pensamento adulto, [...] isto é, quando pensa de modo lógico e abstrato. (FLAVELL, 1993, p.86-87).

Na mesma direção da análise feita para as questões do 5º ano, considerou-se como referência o período do desenvolvimento do adolescente avaliado e as orientações dos PCN (1997).

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA⁷

Assim como na avaliação do 5º ano, também foi possível constatar que são utilizados textos de diferentes tipos de gênero, como poemas, textos informativos e história em quadrinho.

Além da diversidade de gêneros, os assuntos são também bastante variados, como, por exemplo, biotecnologia, saúde e vaidade. Chamou a atenção o fato de alguns textos tratarem de questões muito pertinentes à adolescência, como preocupação com o corpo e relacionamentos amorosos.



Para responder às questões é exigida dos alunos atenção para a leitura dos textos, algumas vezes longos. As perguntas requerem interpretação do texto e, em algumas situações, as alternativas são dúbias.

A partir das questões analisadas, a avaliação não apresenta questões que fogem do que é esperado ou indicado para os alunos do 9º ano do ensino fundamental, considerando a adequação das questões para a respectiva faixa etária. Infere-se, ainda, que, em função da aproximação com as tecnologias de informação e comunicação, sobretudo dos adolescentes, as questões têm potencial para contemplar a diversidade, o que não implica desconsiderar a necessidade de se atentar para as peculiaridades locais.

QUESTÕES DE MATEMÁTICA⁷

Na análise das questões da prova de matemática do 9º ano foram encontradas situações-problemas que solicitam aos alunos: resoluções envolvendo números racionais, naturais e inteiros e equações do 1º grau; análise da transformação de tamanho de figura geométrica; leitura de gráficos e interpretação de suas informações; cálculo de volume de sólido geométrico; e operações envolvendo frações e porcentagem.

Dado que as habilidades necessárias para resolver as questões necessitam ser desenvolvidas ao longo do último ciclo no Ensino Fundamental II (correspondente aos 8º e 9º anos), de acordo com os PCN (1997), considera-se que a avaliação é adequada para o ano a que é direcionada. No entanto, cabe ressaltar que a avaliação aplicada em nível nacional não considera as singularidades e possíveis habilidades não desenvolvidas referentes aos anos anteriores.

ANÁLISE DAS PROVAS DO SARESP

As provas analisadas são referentes às edições de 2007 e 2008, das disciplinas de língua portuguesa e matemática, aplicadas para a 2ª série do ensino fundamental.

Para o ano de 2007, a análise pautou-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997); já no ano de 2008, foram utilizadas as Orientações Didáticas Fundamentais Sobre as Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa (2013) e Orientações Curriculares do Estado de São Paulo Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Matemática (2014), documentos disponíveis no site da SEE/SP, os quais fazem parte da estruturação do currículo educacional do estado, que ocorreu no referido ano.

Em ambas as edições, 2007 e 2008, a prova do Saresp, incluindo as disciplinas de língua portuguesa e matemática, teve duração de três horas, sendo uma hora e meia para cada disciplina, distribuídas em dois dias. Ressalta-se que, de acordo com informação colhida no site da SEE/SP, no ano de 2015 houve acréscimo de uma hora para os alunos com deficiência, totalizando quatro horas de aplicação da prova, em dois dias de prova, sendo reservado um dia para cada disciplina.

De acordo com a análise realizada nas avaliações do Saresp dos referidos anos, foi possível verificar, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, que a estrutura é a mesma e os exercícios similares, sendo composta por oito questões de língua portuguesa e quatorze questões de matemática em 2007 e quinze em 2008.

Essas avaliações são dissertativas (respostas construídas) e o aplicador tem que seguir as orientações presentes no Manual de Aplicação, que acompanha as respectivas provas.



Sobre o desenvolvimento dos estudantes, consoante à idade dos alunos da 2ª série, Mello (2004, p.146-147) afirma, baseada em Vygotsky, que a aprendizagem (responsável pelo desenvolvimento) ocorre nos chamados períodos sensitivos. Esse período é referente:

[...] a atividade principal da criança, aquela pela qual ela entra em contato com o mundo que a rodeia, aprende e se desenvolve [...] a partir da entrada na escola fundamental, o estudo passa a ser a atividade principal. Isso significa dizer que é pela atividade de estudo que a criança mais amplia seu conhecimento sobre o mundo, mais é levada a pensar e reorganizar o que pensa e melhor compreende as relações sociais.

Nessa perspectiva, as questões propostas necessitam considerar a faixa etária das crianças, a realidade em que estão inseridas e as peculiaridades de cada unidade escolar.

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O foco da prova de língua portuguesa está na escrita convencional dos alunos, contendo em 2007⁹ e 2008¹⁰ três exercícios referentes a essa abordagem (exercícios 1, 2 e 3), dois exercícios relacionados à leitura e interpretação de texto (exercícios 6 e 8), um exercício de leitura e identificação de seis palavras (exercício 4), a escrita de uma carta em 2007 e de um trecho de um conto de fadas em 2008 (exercício 5) e, por fim, um exercício relacionado à gramática (7).

Com relação à disciplina de língua portuguesa, Cagliari (1999, p.106) afirma que “O trabalho escolar de primeiro ano tem vários objetivos, mas o principal deles é alfabetizar as crianças. A alfabetização é uma das coisas mais importantes que as pessoas fazem na escola e na vida”.

Dessa forma, é possível afirmar que

os exercícios de leitura individual são adequados para a 2ª série, uma vez que, teoricamente, os alunos estariam alfabetizados, considerando-se inclusive a Provinha Brasil que foi instituída em 2007. A Provinha Brasil, de caráter censitário e anual, tem como propósito monitorar a alfabetização nas escolas públicas brasileiras, tendo, inicialmente, sido aplicada na 2ª série, em virtude da duração de oito anos do ensino fundamental, sendo aplicada no 2º ano, nas escolas em que o ensino fundamental apresenta duração de nove anos. Em relação às edições das provas aplicadas em 2007 e em 2008, no primeiro exercício foi solicitada a escrita do nome, tendo sido considerado adequado para a antiga 2ª série.

No segundo exercício, na edição 2007, solicitou-se a escrita de uma lista de palavras ditadas pelo aplicador, referente às roupas e calçados necessários para levar à praia. A estrutura do exercício foi considerada adequada para a 2ª série, porém, é necessário salientar que nem todas as crianças já foram à praia ou conhecem quais as características desse local. E, ainda, podem nunca ter ouvido falar sobre, nem ter uma televisão ou um computador que possibilite esse contato. Na edição 2008, solicitou-se a escrita de uma lista de palavras, também ditadas pelo aplicador, contudo referentes aos materiais necessários para se levar à escola, considerados elementos que fazem parte da realidade das crianças que realizam a prova, salvaguardando-se algumas especificidades em nível estadual.

O terceiro e o quarto exercício, da edição 2007, referiram-se à escrita de um trecho de uma parlenda (“Rei, capitão, soldado, ladrão”) e à identificação de seis palavras na cantiga “Pombinha Branca”, a partir da leitura realizada, inicialmente, pelo aplicador. Ambos os exercícios foram considerados



adequados, pois, de acordo com os PCN (1997) referentes à língua portuguesa, lendas e canções fazem parte do conteúdo a ser trabalhado com os estudantes em gêneros discursivos, necessitando para tanto que as crianças estejam alfabetizadas.

Em relação à edição 2008, o terceiro exercício referiu-se à escrita de um trecho de uma cantiga ("A barata diz que tem"), tendo sido considerado adequado para a 2ª série, pois, de acordo com as Orientações Didáticas Fundamentais Sobre as Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa (SÃO PAULO, 2013, p.26), canções fazem parte do conteúdo a ser trabalhado com os estudantes para auxiliar na identificação do valor sonoro das letras e na compreensão do sistema da escrita. Nessa mesma edição, à semelhança da edição anterior, o quarto exercício verteu sobre a identificação de seis palavras na cantiga "Marcha soldado", tendo sido a leitura realizada, inicialmente, pelo aplicador, necessitando que a criança esteja alfabetizada.

No quinto exercício, na edição 2007, sobre a escrita de uma carta, cujo contexto se pauta nos contos de fadas sobre "João e Maria", considera-se a proposta adequada, considerando-se o gênero a ser trabalhado na escola, "para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita", segundo os PCN (1997, p. 82). Contudo, se o aluno não conhecer a história, considerando-se que possam ter sido trabalhados pela professora outros contos de fadas, sua argumentação na carta será afetada. Na edição 2008, o quinto exercício verteu sobre a escrita de um trecho do conto de fadas "Cinderela". Apesar de a reescrita de textos, a exemplo de contos, estar prevista nas Orientações Didáticas Fundamentais Sobre as Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa (SÃO PAULO, 2013), o trecho é extenso e para a

criança que não conhece essa história seria necessário recorrer à memória auditiva. Portanto, não é uma opção democrática. Além de o exercício ser estruturado da seguinte forma: primeiramente o aplicador lê toda a história e na segunda leitura ele a interrompe no meio e os alunos têm que escrever o restante. Essa interrupção pode gerar ansiedade entre os alunos e prejudicar o seu desempenho.

O sexto exercício das edições 2007 e 2008, referente à leitura e interpretação de texto, está adequado para a 2ª série. Os respectivos textos não são extensos e falam sobre um animal, o elefante e o gato, respectivamente. Mesmo que o estudante nunca tenha visto ou ouvido falar desses animais, o exercício traz uma imagem de cada bicho, nas duas edições, auxiliando na interpretação. As questões são pontuais e dissertativas, portanto respondê-las dependerá da habilidade leitora do estudante.

Em relação ao oitavo exercício de leitura e interpretação, o qual trabalha a capacidade de síntese do aluno, na edição 2007 o texto é breve e fala sobre uma brincadeira popular: pular corda. Há um exemplo para que o aluno saiba como estruturar a sua resposta, assim, o que se espera do estudante é que ele sintetize as informações do texto em frases que seguem a chamada "Você sabia?". A habilidade leitora permanece como exigência. Já em relação à edição 2008, apesar de a estrutura do texto estar na forma de uma receita, o que é previsto pelo documento oficial do estado, o texto é extenso, portanto pode causar confusão no estudante quando for elaborar a proposta contida na comando da atividade.

O sétimo exercício das edições de 2007 e 2008, referente à gramática, está adequado, pois o estudante precisa copiar a



frase que está escrita colocando a pontuação necessária.

QUESTÕES DE MATEMÁTICA

Na avaliação de Matemática de 2007¹¹ e 2008¹² predomina a realização de exercícios que envolvem as operações (adição e subtração), além de um exercício com gráfico, um com tabela, de contar desenhos e dinheiro, escrever a ordem numérica e identificar uma figura geométrica. Apesar de ser indicado trabalhar utilizando-se o dinheiro, há um exercício, em cada edição, que envolve a contagem de moedas, portanto é uma soma com decimais. Nos documentos oficiais que balizam o currículo paulista e no PCN, esse conteúdo deve ser trabalhado no quarto ano e no segundo ciclo, respectivamente. Apesar de o dinheiro (cédula e moeda) estar presente na vida das crianças do estado, ao se estruturar esse exercício, mesmo com o desenho, pode-se gerar dúvidas e causar erros de cálculo, em função do desafio que está proposto.

Almeida e Mahoney (2011, p.112) afirmam que a criança de oito anos se encontra no estágio Categorical, no qual o conjunto funcional que predomina é o cognitivo, sendo que ele “oferece as possibilidades para aquisição, manutenção e transformação do conhecimento”; portanto, o estudante se encontra em um momento de exploração do mundo, no caso, das possibilidades que a educação lhe proporciona. Sendo assim, é fundamental a criança conhecer o assunto presente nas questões da avaliação, para que consiga resolvê-las.

Outro exercício que pode resultar em dificuldades, que está presente nas edições de 2007 e 2008, trata da divisão, pois, sobre as operações para o ano de 2007, os PCN (1997, p.51) informam que “no primeiro ciclo, serão explorados alguns dos significados das

operações, colocando-se em destaque a adição e a subtração, em função das características da situação”, contudo, a exploração da divisão se mostra mais relacionada ao seu conceito, do que propriamente com a operação, uma vez que no próprio documento há a indicação de “cálculos de multiplicação e divisão por meio de estratégias pessoais” (ibid., p. 51), sem citar as técnicas convencionais nesse caso. No currículo de São Paulo, as operações que envolvem a divisão são indicadas para o terceiro ano. Dessa forma, o aluno dependerá de o professor ter tratado do conteúdo, questão que varia de acordo com a unidade escolar.

Os demais exercícios de matemática, dos referidos anos, estão de acordo com os documentos que balizaram as análises das questões, os PCN e as orientações curriculares do Estado e São Paulo para a disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das questões da Prova Brasil, em nível nacional, e do Saesp, em nível estadual, demonstra que, em geral, o vocabulário de ambas as disciplinas é adequado para os alunos dos respectivos anos analisados.

Sobre os assuntos trabalhados nas questões das provas analisadas, alguns exercícios podem gerar dúvidas quanto ao tema trabalhado, uma vez que não necessariamente todos os estudantes que realizam as provas os conhecem.

Mello (2004, p.137), baseada em Vygotsky, discorre sobre o assunto ao afirmar que “o ser humano depende daquilo que aprende, do que conhece e utiliza da cultura acumulada para ser aquilo que é” e complementa: “o homem precisa aprender as habilidades que poderá desenvolver”.

Portanto, a depender das vivências e



possibilidades dos alunos, eles saberão ou não sobre determinados assuntos, essa aquisição dependerá, de acordo com a autora, do acesso e apropriação à cultura historicamente acumulada.

De forma geral, é possível afirmar que as questões avaliadas da Prova Brasil e do Saesp, nas disciplinas de língua portuguesa e de matemática, estão de acordo com a faixa etária dos estudantes, contudo, é necessário considerar que cada pessoa é um ser único, singular, que se constitui por meio de suas vivências. Assim, como já mencionado, alguns exercícios estariam em desacordo com uma avaliação em larga escala de abrangência nacional e estadual, respectivamente, pois cada aluno tem uma realidade, conhece locais e objetos distintos, ou seja, cada um tem uma prática social, o que permite afirmar que essas avaliações não consideram as distintas realidades e a diversidade do público a que se destinam.

Um aspecto que sobressaiu na análise foi

a ausência da perspectiva interdisciplinar, pois as questões não estabeleceram relações entre as disciplinas. Outros aspectos importantes para analisar as avaliações em larga escala estudadas implicam no fato de ambas serem aplicadas por um professor diferente daquele com o qual os alunos estão habituados, além de possíveis exclusões de estudantes que não apresentam bom desempenho escolar, conforme apontam as pesquisas dos autores referendados.

Como possível caminho, sem caráter prescritivo, considera-se necessário que os instrumentos de avaliação da Prova Brasil e do Saesp sejam repensados e revisitados, em função, sobretudo, de buscar atender à diversidade presente nas unidades escolares. Ao certo, em se tratando de avaliações em larga escala, em nível nacional e estadual, reside, aí, um profundo desafio que permeia as atuais políticas públicas de avaliação da educação básica

NOTAS

- 4 Neste estudo, optou-se por considerar 2ª série, ao invés de 2º ano, uma vez que o ensino de nove anos iniciou após as edições de 2007 e 2008 do Saesp.
- 5 Prova Brasil de língua portuguesa do 5º ano. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_gestor/exemplos_questoes/Po4_SITE.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.
- 6 Prova Brasil de matemática do 5º ano. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_gestor/exemplos_questoes/Mo4_Saeb_Site_FP.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.
- 7 Prova Brasil de língua portuguesa do 9º ano. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_gestor/exemplos_questoes/Po8_SITE%20INEP_OK.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.
- 8 Prova Brasil de matemática do 9º ano. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_gestor/exemplos_questoes/Mo8_Saeb_site_FP.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.
- 9 Prova do Saesp de língua portuguesa do ano de 2007. Disponível em: <http://saesp.fde.sp.gov.br/2007/Arquivos/Provas%202007/L%C3%ADngua%20Portuguesa/2%C2%AA%20s%C3%Agrie%20EF/1_Manh%C3%A3/ProvaProfessor-POR-2EF-Manha.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.
- 10 2. Prova do Saesp de língua portuguesa do ano de 2008. Disponível em: <http://saesp.fde.sp.gov.br/2008/pdf/Prova_2_serie_do_EF/LP/Exemplar_Prof_Manha.pdf>. Acesso em 05 dez.2016
- 11 Prova do Saesp de matemática do ano de 2007. Disponível em: <http://saesp.fde.sp.gov.br/2007/Arquivos/Provas%202007/Matem%C3%A1tica/2%C2%AA%20s%C3%Agrie%20EF/1_Manh%C3%A3/ProvaProfessor-MAT-2EF-Manha.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.
- 12 Prova do Saesp de matemática do ano de 2008. Disponível em: http://saesp.fde.sp.gov.br/2008/pdf/Prova_2_serie_do_EF/Mat/ExemplarProf_Manha.pdf>. Acesso em 05 dez.2016.



REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise e do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 75, p.15-32, ago. 2001.

ALMEIDA, L. R.; MAHONEY, A. A. A psicogenética walloniana e sua contribuição para a Educação. *Psicologia e educação/ Roberta Gurgek Azzi, Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni (orgs.)*. São Paulo: Cada do Psicólogo, 2011, p.101-127.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. *Brasil*. Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BÚ. São Paulo: Scipione, 1999, p. 106-119.

CALDERÓN, A. I.; OLIVEIRA JUNIOR, R. G. Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo. *III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação: Gestão Pedagógica e Política Educacional desafios para a melhoria da formação e profissionalização dos educadores*, Zaragoza, Espanha, 2012, p.1-16.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COLOMBO, B. Prova Brasil e SARESP: repercussões na construção da qualidade da educação na percepção de professores e gestores de escolas públicas estaduais do município de Campinas (SP). Campinas: PUC-Campinas, 2015. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Aplicadas, Pós-Graduação em Educação.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação na educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOURADO, L. F. e OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cad. Cedes*, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FERREIRO, E. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

FLAVELL, J. H. A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

MELLO, S. A. A escola de Vygotsky. In: CARRAPA, K. (org.). *Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens*. São Paulo: Avercamp, 2004, p.135-155.

NARDI, E.L.; SCHENEIDER, M. P.; DURLI, Z. A Visão sistêmica no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). In: Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), *XXIV Simpósio*, 2009.

SCHNEIDER, M.P.; NARDI M.P. O Potencial do IDEB como estratégia de accountability da qualidade da educação básica. *RBPAE*, Recife, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./abr. 2013.

SOUSA, S.M.Z.L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 119, p. 175-190, jul. 2003.

SÃO PAULO, Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996. Dispõe sobre o sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://siau.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em 05 dez.2016.



SÃO PAULO. Orientações Fundamentais sobre as expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: CGEB Coordenadoria de Gestão Básica, 2013.

SÃO PAULO. Orientações Curriculares do Estado de São Paulo Anos Iniciais do Ensino Fundamental Matemática. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: CGEB Coordenadoria de Gestão Básica, 2014.

